

SAÚDE E DEFESA DE DIREITOS:
UMA CARTOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS
POPULARES DO RIO DE JANEIRO

IMPRESSÃO

GRAFITTO

Gráfica e editora LTDA

TIRAGEM

250

PROJETO GRÁFICO

Taiane Brito

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Aercio Barbosa de Oliveira

Carolina Nunes Santos

Rachel Barros de Oliveira

REVISÃO

Bruno Alves de França

Miguel de Sousa Lacerda Neto



TEXTOS

Aercio Barbosa de Oliveira

Alexandre Gomes

Ana Gilda Soares dos Santos

Ana Luiza da Silva Briola

Bia Carvalho

Carolina Nunes

Dejany Ferreira dos Santos

Elaine de Moraes Lopes

Elza Maria C. de Medeiros

Estephani Nunes

Gabriel Simões

Gabriel Van

Giovanna Berti

Grazielle Serafim Nogueira

Grazielle Tomaz

Josiane de Oliveira Nascimento

Joaquim Pery Antonio Júnior

Luciene Silva

Mara Lúcia Araújo Domingos

Monalisa Teixeira

Rachel Barros

Roger Gomes de Oliveira de Almeida

Rosilene Torquato

Suellen Paim de Melo

Valmor Bastos (Vavá)

Zilda Chaves

FOTOGRAFIAS

Arquivo Pessoal/ Autores Variados

PRODUÇÃO DO MAPA

Taiane Brito

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Coordenação de Cooperação Social
José Leonídio Madureira de Sousa Santos

Coordenação Geral
Dejany Ferreira dos Santos
Gabriel Lima Simões

Consultoria Acadêmica
Isabel Cristina Martinez de Souza Pereira

Coordenação de Serviço Social
Joaquim Pery Antonio Júnior

Coordenador de Articulação
Institucional
Roberto Pedro Krukoski de Azevedo Gevaerd

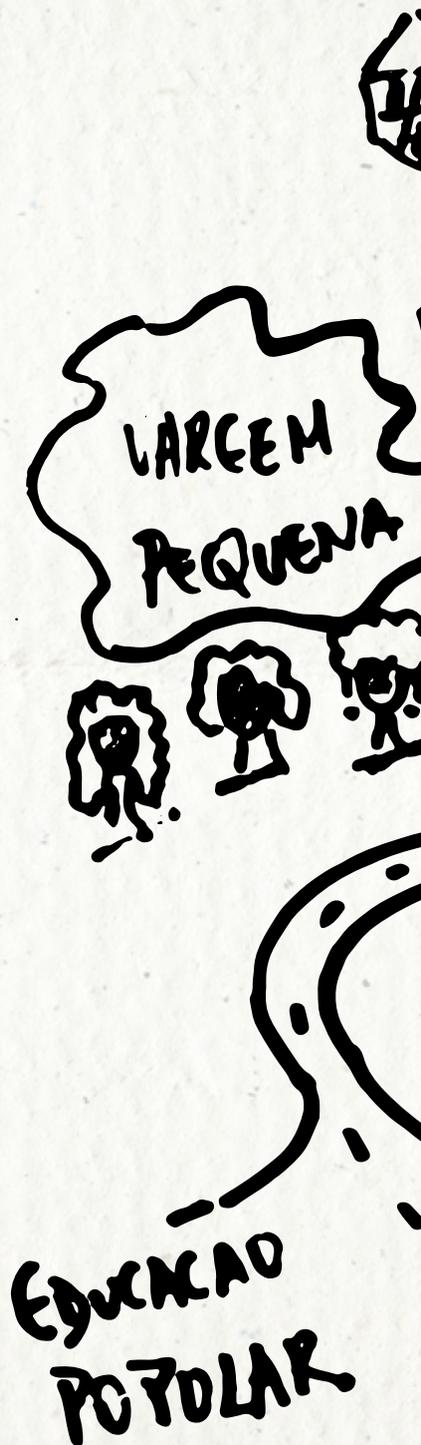
Estagiária de Direito
Luíza Rafaelle Ferreira de Souza

Estagiária de Psicologia
Laís Silva Mariano

Estagiárias de Serviço Social
Suellen Cristina Tavares da Silva
Zileide Pereira Lopes dos Reis

Mobilizador Social
Wylbert Luiz da Silva Pereira

Colaboradora
Mônica Cunha



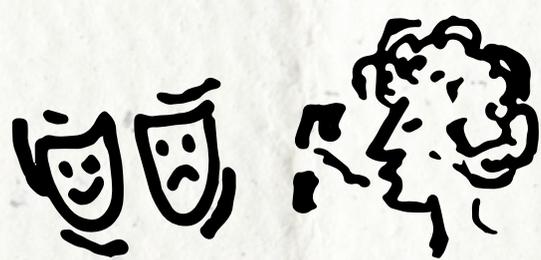


SÃO CRISTÓVÃO

LUTA POR DIREITOS



MANGUINHOS



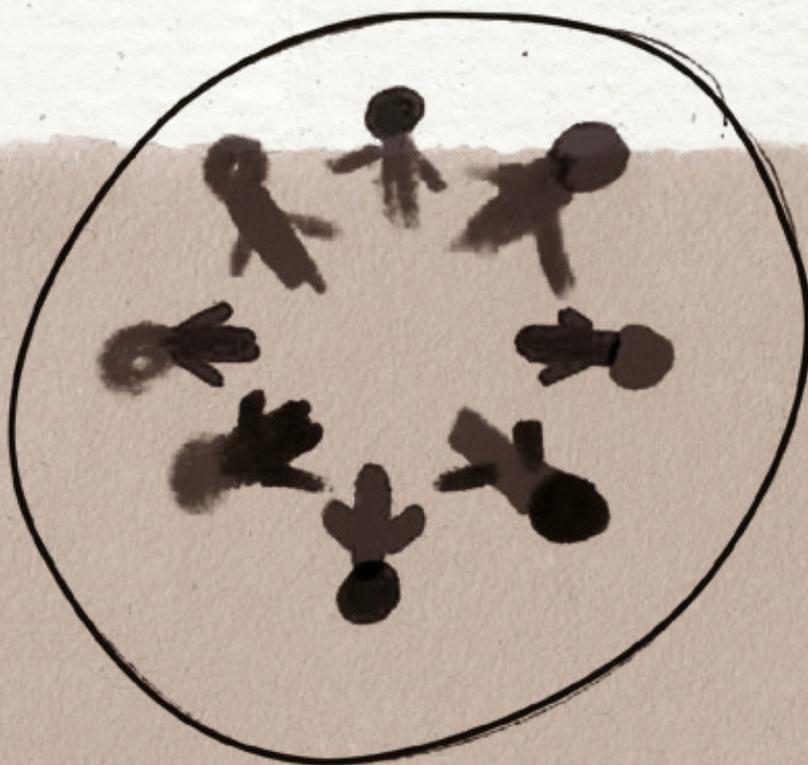




SUMÁRIO

- 6 Cartografia Social:
a simbolização do combate
em defesa da vida
- 10 A Cartografia Social
construída na prática
- 20 Estado e Capitalismo:
os debates a partir da
cartografia
- 30 Cartografia dos Conflitos
- 50 Promoção da Saúde e
Direitos Humanos no Estado
do Rio de Janeiro: uma
cartografia dos territórios
populares

CARTOGRAFIA SOCIAL: A SIMBOLIZAÇÃO DO COMBATE EM DEFESA DA VIDA



Um dos atributos que nos distingue de outros seres é a nossa capacidade de produzir símbolos. Para se comunicar, representar partes do mundo, fatos, manifestar o que ocorre em nosso mundo mental, simbolizamos. A linguagem escrita ou oral, que a ela, quase sempre, damos sentido, é parte desse ato tão peculiar, tão nosso.

Não se trata só de falar ou de escrever, temos ao nosso dispor outros meios para simbolizar, mesmo que seja de sentido impreciso. A obra de arte é um desses casos. De alguma maneira, a nossa vida diária é revestida de símbolos.

Nossas noites e nossos dias, ocupados por momentos de estupenda felicidade ou desfigurante horror, de sorriso ou lágrima, de amor ou ódio, de vida ou morte, nunca escapam da nossa teia simbólica. Seja qual for a linguagem - falada, escrita, estética, etc. -, essa agitação do mundo é sempre capturada pela nossa capacidade de simbolizar.

Esta cartografia social, portanto, é mais uma expressão da nossa capacidade de simbolizar partes da vida; de tentar organizar, de alguma maneira, eventos que impactam o corpo, impulsionam ou formam ideias, de um jeito que tais experiências e ideias possam ser transmitidas e compreendidas para além do universo de quem as teceram, organizou tantos símbolos, produziu tantas nomeações e significados.

As nomeações que você acessará ao ler esta publicação é de valioso significado. Pois, a sua produção foi iniciada em um dos períodos mais sombrios da história política brasileira. A primeira oficina, dentro de uma série de cinco, ocorreu no mês de outubro de 2022, logo após o 1º turno das eleições para presidente da República. Na oficina de novembro, a esperança de nos afastarmos das trevas

se estabelecera. Luiz Inácio Lula da Silva, dentro de uma ampla coalizão política, com liberais, neoliberais, socialistas, comunistas, anticapitalistas, entre tantos outros matizes ideológicos, se elegeu e tomou posse em janeiro de 2023.

Desde 2016, quando a presidenta Dilma Roussef foi vítima de um golpe jurídico-parlamentar-midiático, as violações de direitos se acentuaram nos territórios brasileiros. Isso não significa que antes de 2016 violações não ocorressem. Só que os dois governantes que a sucederam deram liberdade quase que absoluta para quem tivesse mais força, mais poder, mais dinheiro, praticasse o terror, da maneira que bem entendesse e desejasse, contra a maioria da população. Especialmente contra aquela parte expressiva que mora nos bairros populares, nas favelas, em núcleos urbanos informais.

Neste período de seis anos, sofrimentos físico e psíquico, traumas, violências, tudo aquilo que qualquer ser humano não deseja, aumentou. Aumentou a fome, o número de famílias sem ter onde morar, a violência policial, os atos de homofobias, de racismo e o feminicídio. Agravou-se a precariedade dos serviços de saúde e educação pública. Foi, mais uma vez, período de excesso de ausências, de abundância de faltas, de desprezo à vida!

Nada disso, contudo, foi capaz de paralisar a capacidade das pessoas simbolizarem seus descontentamentos e criarem alternativas práticas, objetivas, a esses excessos de falta, de violência estatal, da crueldade constitutiva do sistema capitalista. Nesta cartografia, você identificará que para cada ato de violência pletora atos de sobrevivência, de solidariedade, de disposição a não se entregar, de não ser engolido pelo fatalismo. Cada história biográfica ou coletiva das participantes dessa construção cartográfica é como um grito, uma simbolização inequívoca da disposição de transformar o seu lugar, o mundo. É a marca da fibra de quem não se submete à opressão, de quem está inquieta, indignada.

Podemos afirmar que essa obra coletiva, que contou com a

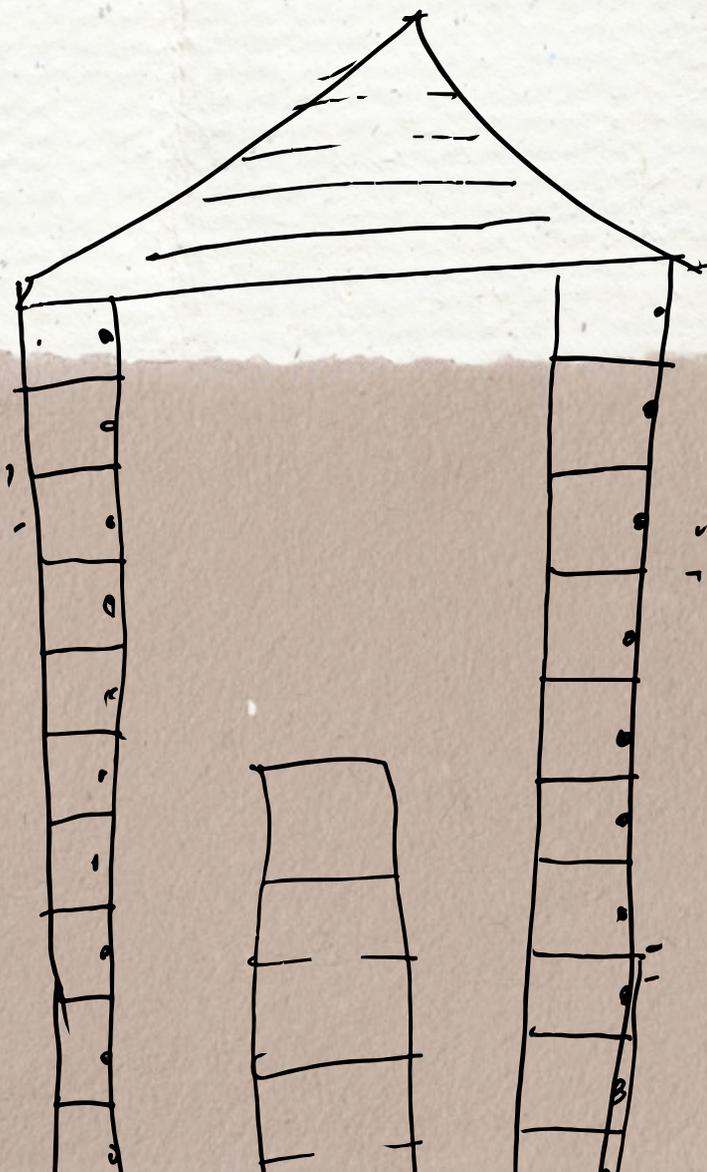
participação de 20 defensoras e defensores de Direitos Humanos, que atuam em diferentes territórios e coletivos, é a expressão contundente de que a opressão, por mais aterrorizante que ela se apresente, é incapaz de eliminar o poder de criar, de simbolizar, de transgredir uma ordem tão nefasta, abominável, mesmo que numa escala limitada. Os casos registrados que você poderá ler caminham, direta ou indiretamente, para o combate a instituições que compõem o Estado brasileiro, que deveriam trabalhar para promover a vida, garantir a redistribuição de renda, assegurar direitos, de proteger principalmente os mais vulneráveis. Esta cartografia é um manifesto anticapitalista, também!

Na peleja da vida, algumas pessoas esmorecem, enquanto outras, não se sabe ao certo as motivações, conseguem força para seguir adiante tentando modificar o mundo. É disso que trata essa publicação. Um material não só para estimular a reflexão e a ação, mas, sobretudo, para nos animar num mundo que exige muita combatividade!



Foto 1 e 2
grupo de defensoras e
defensores na oficina de
cartografia

A CARTOGRAFIA SOCIAL CONSTRUÍDA NA PRÁTICA



A realização do trabalho de cartografia social com lideranças de território populares do estado do Rio de Janeiro trouxe como principal desafio a construção de uma metodologia plural e agregadora, com capacidade para aprofundar as reflexões que já estavam sendo feitas pelo grupo e explorar as experiências coletivas.

A cartografia social tem como princípio ser espacial e temporalmente situada, isto é, ela é um retrato de um momento específico do presente, com suas relações, conflitos e lutas. Por isso, é importante construir os objetivos, finalidades e formato da cartografia social com o grupo envolvido, pois o material deve refletir suas histórias, experiências e interesses.

A principal demanda para a construção desta cartografia foi o mapeamento e a publicização das violações em saúde e Direitos Humanos identificadas pelos participantes em seus territórios de vida e atuação política. Para a realização desse objetivo, o ato de cartografar a realidade aconteceu por etapas, através de diferentes momentos de diálogo para que, assim, a cartografia social ganhasse a forma e o conteúdo definidos coletivamente.

Todo o debate sobre saúde atravessa essa construção. Consideramos a perspectiva dos *Determinantes Sociais da Saúde* e da *Interseccionalidade* para compreender que não existe saúde com racismo, sem direitos básicos e com situações recorrentes de violência.

A equipe da FASE – Rio de Janeiro, responsável pela realização dessa atividade, trouxe para os encontros com o grupo a sua experiência de trabalho com conflitos sociais, violações de direitos,

violência institucional, memória e organização de grupos. A partir desse repertório, apresentamos a cartografia social como teoria e uma metodologia prática, capaz de ser replicada em diferentes momentos e contextos sociais.

O que relatamos aqui são resultados de uma dinâmica baseada na troca constante entre as lideranças dos territórios e a equipe do projeto durante os seis meses em que o trabalho da cartografia foi realizado. A partir dos aprendizados de cada encontro, o sentido da cartografia foi sendo aprofundado e construído.

PRIMEIRO PASSO

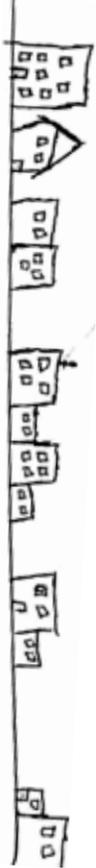
reconhecendo o sentido de cartografar

No primeiro encontro, realizado em outubro de 2022, apresentamos a experiência de trabalho da FASE e os pressupostos básicos do trabalho com cartografia social.

A cartografia é a ciência que trata da construção e estudo dos mapas e por isso mesmo, envolve o poder de definir como o espaço, os lugares, as cidades são representadas. Um mapa contribui para definir os limites de um estado, mostrar ou esconder determinado lugar, identificar bens e riquezas, definir propriedades, entre outras funções. Por isso cartografar é sobretudo um ato de poder.

Por outro lado, a cartografia social é uma metodologia que possibilita ressignificar os mapas e a forma como grupos e seus territórios são vistos e representados. Ela permite utilizar essas ferramentas para disputar poder e construir novas formas de reconhecimento de si e da sua realidade.

Muitos grupos têm utilizado a cartografia social como: um retrato de determinado território construído por seus próprios habitantes; instrumento para garantir direitos; metodologia para organi-



zar grupos; instrumento para reconhecer e preservar a memória de grupos e territórios; uma forma para identificar conflitos, seus atores e motivações. Essas são algumas das possibilidades que a cartografia social apresenta para quem deseja transformar a sua realidade.

Para que o grupo se aproximasse da cartografia social, o primeiro exercício realizado foi um mapa autobiográfico: numa folha de papel A4, cada participante contou, através de desenhos e textos, sua própria história de vida, de atuação profissional e de ativismo político, citando os principais fatos no tempo (anos, décadas, meses) e espaço (lugares, cidades, bairros etc.).

Essa atividade possibilitou conhecer as experiências trazidas por cada participante e identificar nelas pontos comuns. É inegável que todas as pessoas passaram a ter um olhar crítico sobre a realidade depois de ter tido algum direito básico violado, seja pela falta de saneamento básico, transporte público precário, a violência letal do Estado, transfobia e racismo, o não fornecimento de água ou a falta de equipamentos culturais.

SEGUNDO PASSO

experiências comuns no Estado capitalista

Os mapas mostraram trajetórias marcadas pela violência, uma dinâmica que também apareceu na forma como os territórios de cada participante são vistos e tratados. Por esse motivo, no segundo encontro, ocorrido em novembro de 2022, além de apresentar o passo a passo para aplicação da metodologia da cartografia social, trabalhamos a partir dos mapas individuais para construir consensos sobre as dinâmicas que unificam experiências, lutas e resistências em diferentes locais.

Sobre a metodologia, ressaltamos que apesar de seguir algumas etapas essenciais (apresentar a proposta; redescartografar territórios; reflexão sobre motivações para a cartografia; construção

dos mapas; representação de casos e experiências; estratégias para a cartografia; devolutivas do material produzido), a cartografia é uma metodologia aberta para se adequar às necessidades do grupo. Cartografar pressupõe ter uma escuta ativa; lidar com questões éticas e morais; lidar com conflitos, dores e reações inesperadas; identificar riscos e potências que o trabalho pode produzir.

Para unificar as experiências individuais, os participantes foram divididos em quatro grupos para identificar: o que é comum nas biografias e nos territórios; motivos para o surgimento das violações e das lutas; formas para registrar a cartografia imaginada em cada grupo. Desse trabalho coletivo, surgiram alguns consensos:

- › O sistema capitalista é o principal responsável pela violação de direitos;
- › As violências promovidas pelo Estado dentro do sistema capitalista são os principais motivos para o surgimento das lutas;
- › A cartografia deve mostrar as violações cometidas pelo Estado, as lutas, potencialidades e limites dos grupos.

TERCEIRO PASSO

aprofundando a narrativa da cartografia

O trabalho de aproximação das experiências de cada participante revelou a existência de dois atores importantes, comuns nas análises sobre as experiências em cada território: o Capitalismo e o Estado. Na leitura dos participantes, esses atores atuam em conjunto através da ação de instituições públicas e privadas, provocando diferentes formas de violência e violações de direitos.

Mesmo com essa leitura, é difícil explicar como e porque Estado e Capitalismo agem em conjunto ou identificar a forma como eles atuam em nosso dia a dia. Para aprofundar essa reflexão, iniciamos o terceiro encontro, realizado em dezembro de 2022, debatendo dois textos compartilhados com os participantes: “O Espaço Urba-

no”, de Roberto Lobato Corrêa, e “Análise cartográfica do cotidiano”, de Aercio Oliveira.

O debate levou os participantes a refletirem sobre as dinâmicas que mantêm lugares organizados a partir dos interesses de empresas e da parcela mais rica da sociedade, e lugares mantidos em condições de precariedade, prejudicando a parcela mais empobrecida e negra da população.

“ Como afastam a gente das grandes estruturas, dos grandes comércios - a gente sempre vai pra mais longe - e dificultam a nossa ida para esses territórios com poucos transportes e tudo que é melhor fica nesses grandes centros”

(depoimento dado durante a construção da cartografia)

Os debates se cruzaram com as dinâmicas de visita à região da Pequena África feita pelo grupo, o que ajudou a exemplificar ainda mais o significado da segregação socioespacial promovida pelo Estado.

Nesse contexto, o papel do Capitalismo está na manutenção da pobreza para muitos e produção de riqueza para poucos, processo que acaba contribuindo para a manutenção das desigualdades que existem nos territórios populares. Contudo, a reflexão final que o ato de cartografar produziu foi a importância de dar visibilidade aos movimentos que diariamente atuam contra esse sistema. É necessário valorizar as lutas travadas em cada território como parte de uma ação de transformação coletiva.

A reflexão foi seguida de uma nova dinâmica de grupo. Dessa vez, para aprofundar ainda mais as possibilidades de construção da cartografia, os participantes, divididos em quatro grupos, escolheram um tema central e, a partir dele, tentaram identificar a atuação do Estado dentro do Capitalismo.

Seguindo essa lógica, para cada tema é identificado: uma questão ou problema; onde esse problema se localiza; como a população reage ao problema; como o Capitalismo aparece nesse problema; qual é o papel do Estado.



Diagrama para atividade de Cartografia Social. Fonte: FASE RJ

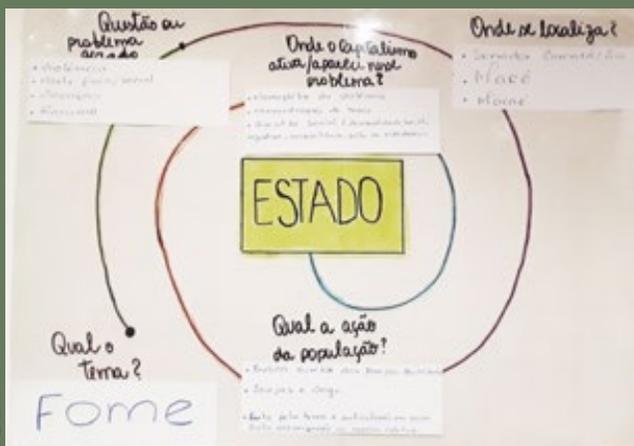
É a partir desse momento que a diversidade de experiências começa a ser unificada a partir de grandes temas. Segurança Pública, Educação, Fome, Cultura passam a ser debatidos pelos participantes como possibilidades de descrição dos conflitos que ocorrem em diferentes territórios do Rio de Janeiro.



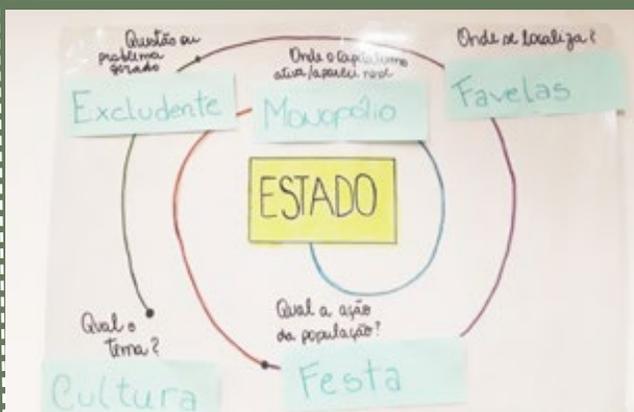
3



4

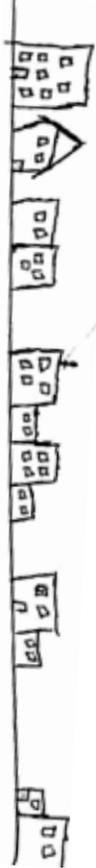


5



6

Foto 3 a 6
Trabalho em grupo. Oficina de cartografia social, dezembro, 2022.
Créditos: Rachel Barros.



QUARTO PASSO

descrever conflitos, mostrar as resistências

Para que a cartografia social tomasse forma, a equipe da FASE RJ solicitou que os participantes respondessem a algumas questões consideradas essenciais para a continuidade do trabalho: a) como o grupo se reconhece; b) o que deve ser destacado na cartografia para reconhecer o grupo; c) qual é a finalidade da cartografia e d) a quem ela se destina.

O objetivo dessas perguntas foi fortalecer ainda mais a necessidade de enxergar os participantes como um coletivo organizado a partir da sua diversidade, e fazer com que essas experiências fossem apresentadas no material.

Durante a quarta oficina, realizada em fevereiro de 2023, ao responder essas perguntas, o grupo deixou de se identificar como lideranças para se reconhecer como *Defensores de Direitos Humanos, que militam e atuam no campo, na cidade e em territórios periféricos*. Essa definição consolida o trabalho de formação e reflexão feito pelo grupo que reconhece a sua atuação territorial como parte de uma luta maior em defesa de direitos e combate às violações. O grupo também definiu que a cartografia social deve comunicar as diferentes formas de lutas e resistências que aparecem na trajetória de cada participante e seus coletivos.

Em seguida, foi definido que a cartografia deve ser um material acessado prioritariamente por pessoas vítimas de violações de Direitos Humanos, coletivos, organizações e territórios e o seu conteúdo deve trazer informações sobre acesso a direitos.

Seguindo essas definições, a narrativa da cartografia teve como foco principal a descrição de conflitos e das resistências existentes em determinados territórios do Rio de Janeiro. A escolha dos temas, dos conflitos e dos territórios a serem

cartografados passou por uma decisão coletiva, considerando a impossibilidade de narrar, relatar e cartografar num mesmo material as experiências de todos os territórios representados pelos participantes. Essa forma de organização, além de demonstrar solidariedade e empatia com as experiências de cada território, também mostrou que os conflitos podem conectar as diferentes lutas e resistências.

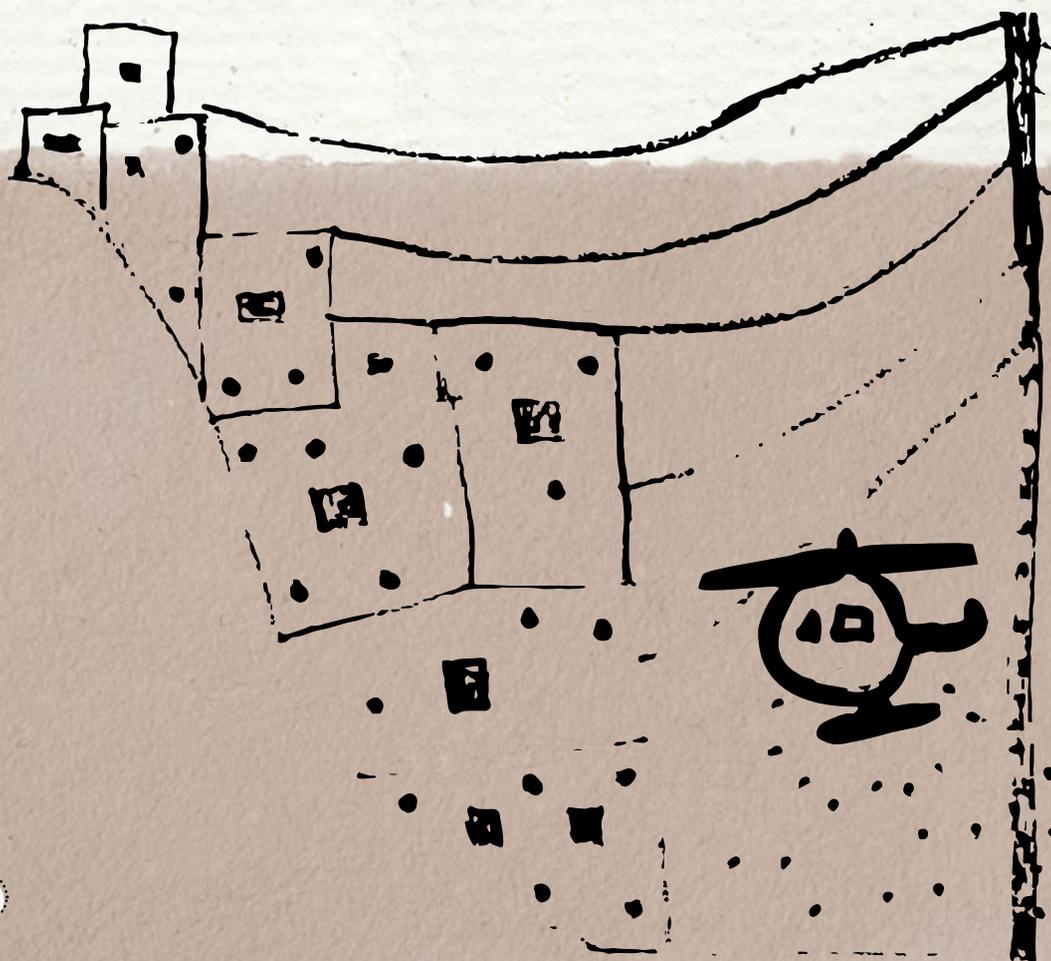
Os conflitos descritos nesse material - *Saúde; Questão Agrária; Racismo; Educação; Moradia; Cultura; Fome; Desaparecimentos Forçados e Transfobia* - mostram violações de direitos e lutas que são comuns a muitas regiões do Rio de Janeiro. É importante olhar para cada uma dessas experiências compreendendo que as violações de direitos se repetem em diferentes contextos sociais, reforçando que os interesses capitalista e a ação violadora do Estado atravessam as fronteiras geográficas.

Outra parte da cartografia, que também será apresentada, são as possibilidades de atuação em rede. As experiências de cada coletivo foram pensadas como possibilidade de troca e fortalecimento entre os coletivos. Essa iniciativa colabora para que o grupo de defensores enxerguem sua atuação política como parte de uma rede, capaz de identificar violações, fazer denúncias e defender direitos de forma coletiva e em todo estado do Rio de Janeiro.



Foto 7
grupo de defensoras e
defensores na oficina de
cartografia

ESTADO E CAPITALISMO: OS DEBATES A PARTIR DA CARTOGRAFIA



Fome, violência policial, racismo, misoginia, homofobia, territórios controlados por grupos armados, moradia sem tratamento de esgoto, sem abastecimento regular de água e sujeitas a sofrerem enchentes; dificuldade para conseguir atendimento médico, falta de vaga ou de professores nas escolas públicas, dificuldade de circular nas cidades por falta de transporte ou porque o preço da passagem é caro; impossibilidade de acesso à terra produtiva para plantar, a um terreno e condições financeiras para construir uma casa confortável para a família etc. Essas são algumas violações que estão no cotidiano de quem vive em favelas e bairros populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, explicitadas por quem construiu esta cartografia.

Essas violações são fenômenos que embrutecem a vida, causam dor, cansaço e alimentam aflições diante da falta e tragédias que ocorrem no dia a dia da maioria das pessoas que residem nas cidades. Esses acontecimentos cotidianos são como tintas para dar cor e desenhar a cartografia. Mas cartografar não é somente um ato de descrever e tentar mostrar como atuam os agentes violadores, como são feitos os combates para garantir ou restituir direitos ou para mostrar como as diferenças, identidades e hierarquias se manifestam nas cenas das cidades. É mais do que isso: aqui, cartografar é apresentar outras formas de crítica, que procuram romper com a obviedade.

E nesse sentido crítico, o **sistema capitalista** foi reconhecido como o principal promotor de tantas violações. Atentamente, seu representante, que marca presença diária em nossas vidas, não se deixou de ser apresentado: o **Estado e suas instituições**. Nas últimas décadas, os fatos têm desmascarado a ideia cínica de que o Estado

estaria a serviço do bem comum e mostrado que ele tem sido um violador repetidamente. O trágico exemplo é a Polícia Militar do Rio de Janeiro, **a força de segurança mais violenta do país.**



“ A política genocida não é só o fuzil na cara do menino não, é a falta de acesso”
(depoimento dado durante a construção da cartografia)

O Capitalismo é um sistema econômico que se alimenta do lucro para o reinvestimento e ampliação dos negócios, que podem ser feitos através de: produção de *commodities* (ou matérias-primas como petróleo, ferro, ouro, soja, gado, milho, café etc.), produção de bens para o mercado consumidor (geladeira, televisão, vestuário etc.), serviços (saúde, educação, assistência jurídica, transporte etc.), propriedade intelectual (marcas, patentes de tecnologias etc.), financeiro (sistema bancário, negociação de títulos etc.). O termo Capitalismo só surgiu em meados do século XIX, mas o seu modo de operar é conhecido desde o século XVIII, quando uma nova forma de organizar a produção se estabeleceu.

O sistema capitalista foi ganhando forma com o uso de equipamentos (máquina de tear, máquina a vapor, o controle do tempo com o relógio e tantas outras mudanças técnicas), a expulsão dos agricultores familiares de suas terras, a colonização de povos em diferentes territórios dos continentes, o extermínio de povos originários para explorar suas riquezas, o rapto e escravização de pessoas negras no continente africano para trabalhar nas plantações extensivas. Assim, de um lado, se formou a classe capitalista exploradora, detentora dos meios de produção e do dinheiro para pagar salário

ao trabalhador. E do outro lado, o proletariado, apenas com a sua força de trabalho para vender.

De forma simplificada, esta é a base do sistema capitalista: exploradores obtendo o máximo dos explorados, para ampliar os seus lucros e transformar em mais dinheiro, mais riqueza, mais capital. Dentro desse sistema, foram sendo criadas diversas instituições responsáveis por garantir a segurança dos capitalistas, como o poder político, jurídico entre outros. Esse conjunto de instituições forma aquilo que se nomeia por Estado.

Durante o século XIX se formulou teoricamente a possibilidade de existir uma sociedade oposta ao Capitalismo: a sociedade comunista. Nesta, toda a riqueza seria socializada, as necessidades humanas seriam atendidas, as pessoas desenvolveriam todas as suas potencialidades. O trabalho não seria um fardo, alienado, e sim fonte de prazer e de grandes realizações para o desenvolvimento individual e de toda a sociedade. Ao longo do século passado, revoluções socialistas tentaram aplicar essas teorias. Não deu muito certo. No final do século XX os países socialistas deixaram de existir, pelo descontentamento da população e pela pressão dos países capitalistas. A Rússia, países da então União Soviética, Alemanha Oriental e tantos outros passaram a fazer parte do sistema capitalista. Com esses eventos de destruição das economias socialistas, o Capitalismo parecia triunfar como o único sistema possível. Mas os fatos do século XXI tem desconstruído essa ideia.



“ ... A gente vai comprar uma roupa um calçado, aí o garoto quer uma de marca porque viu na televisão, na mídia e eu tenho que dizer que não pode, porque a gente é pobre e tem que pagar aluguel, comida e o que dá para comprar é isso” (depoimento dado durante a construção da cartografia)



Nos debates durante a elaboração da cartografia, a desconstrução dessa ilusão com o Capitalismo apareceu com muita força. Com suas sofisticadas maneiras de fazer propaganda, vender ilusões e, conseqüentemente, frustrações, ressentimentos, adoecimentos, miséria material e espiritual, o Capitalismo bloqueia a aplicação dos instrumentos mais básicos da democracia. Na lógica da livre concorrência, imposta pelo Capitalismo, a maioria da população fica com as migalhas que o sistema produz.

Os dados da Oxfam - organização da sociedade civil, com escritório no Brasil- comprovam a análise feita pelas pessoas envolvidas na cartografia: na última década, os super-ricos concentraram cerca de metade de toda riqueza gerada no mundo. **Seis brasileiros (todos homens brancos) concentram a mesma riqueza que a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas. E os 5% mais ricos do país recebem por mês o mesmo que os demais 95% juntos.**¹

1. <https://www.oxfam.org.br/por-que-enfrentar-as-desigualdades/?ga=2.116104014.957151317.1681054110-787332230.1681054110>

“ Se na minha área a escola e o postinho não é tão bem assistido, não é à toa. É um projeto para que o lugar que eu moro tenha menos acesso e assim, menos possibilidades” (depoimento dado durante a construção da cartografia)

Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu o chamado “30 anos dourados do Capitalismo”, que durou até a metade da década de 1970, quando crises sucessivas aconteceram. A principal crise foi provocada pelo aumento do petróleo produzido pelos países integrados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Desde então, outras crises ocorreram.

Nesta época o Brasil vivia uma ditadura civil-militar. Foram governos que fizeram dívidas externas, tendo que pagar em dólar, e reprimiam os trabalhadores, evitando que eles se organizassem para ter melhores salários e condições de trabalho. Foi a época do “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973, quando o país crescia a taxas anuais de 11,1%. Esse crescimento, acentuou a concentração de renda no país. Com a crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, o encarecimento da dívida externa e a necessidade de pagar mais caro pelo petróleo importado, a ditadura passou a ser questionada por diferentes setores da sociedade brasileira.

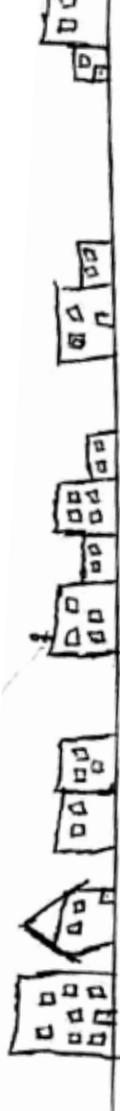
PARA PENSAR
Música - É, de
Gonzaguinha



youtube.com/watch?v=Fwzc9CiyzqQ

“ O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.”

Karl Marx e Friedrich Engels
Manifesto Comunista



A partir dos anos 1980, iniciou um momento em que o Estado deixava de ser o principal promotor do bem-estar social, isto é, não era mais o único responsável pela execução de políticas sociais e regulação do mercado de trabalho. As mudanças que ocorrem no Reino Unido e nos Estados Unidos da América nesse período serviram de referência para boa parte dos países do Ocidente.

Aqui no Brasil, essas mudanças começaram a acontecer com o fim da ditadura no Brasil, em 1985. Mesmo com a Nova Constituição, proclamada em 1988 como a “Constituição Cidadã”, não foi possível conter a onda neoliberal que entregava o patrimônio público para os super-ricos e reduzia a responsabilidade do Estado. As instituições públicas passaram a se desresponsabilizar pela garantia de políticas sociais efetivas necessárias para conter o aumento da desigualdade no país. Por esses motivos o que vemos hoje é um Estado sequestrado pelo interesse de grupos econômicos, de corporações, banqueiros, milicianos, verdadeiros saqueadores da riqueza nacional.

A frase de Marx e Engels escrita em 1848 e que colocamos em destaque na página anterior, resume muito bem o que temos vivido nos últimos anos. O Estado passou a ser o principal violador de direitos. A força bélica das polícias substituiu as políticas sociais. Em muitos territórios, as milícias se juntam ao poder do Estado. Os sistemas político e de justiça, partes importantes do Estado, de maneira geral, ignoram a vontade popular.

Parte da sociedade que vive na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro está segregada em territórios empobrecidos, seja pelo medo, seja pelo transporte caro ou ineficiente ou pela falta de equipamentos públicos. As favelas e bairros populares são atacados pela polícia diariamente. As juventudes têm dificuldade de circular na cidade e entre as cidades. O direito ao lazer, o acesso a bens culturais e o aos meios para produzir sua própria arte são restritos.

“ **Aí o Serviço na noSSa área é mais barato, mas também não é de boa qualidade não, porque as coisas boas mesmo vão tudo lá pra Zona Sul**”

(depoimento dado durante a construção da cartografia. Sobre o que é morar na Baixada Fluminense ou na Zona Oeste)

Sabemos que o sistema capitalista se estabeleceu a partir do século XVIII, desenvolveu instituições que assegurassem seus interesses – o que se passou a denominar Estado – e que depende das relações de produção e de troca de mercadorias. Essas relações se desenvolvem nos territórios.

E como a desigualdade e a espoliação estão na base desse sistema, essas características também aparecem na maneira como as cidades brasileiras são produzidas. Um olhar mais atento identificará os efeitos desse modo de funcionamento. A segregação socioterritorial provocada de maneira intencional, penaliza as famílias ao menos duas vezes, simultaneamente. Primeiro, normalmente as pessoas vão morar em áreas inadequadas, como na beira de rios ou em áreas sujeitas a alagamento. E, segundo, como se não bastasse essa dura situação, as pessoas têm serviços públicos de baixa qualidade. No outro extremo, temos áreas das cidades com moradia de alto luxo ou adequadas para morar, onde os equipamentos públicos são de fácil acesso e funcionam com qualidade.

As pessoas envolvidas na elaboração da cartografia debateram a segregação socioterritorial e depois, como parte das atividades do grupo, circularam pela Pequena África – bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária do Rio de Janeiro, próximos à Praça Mauá. Ao circularem por marcos históricos da cultura africana, da diáspora negra forçada pela escravidão, foram capazes de analisar objetivamente o que foi abordado na oficina específica sobre Estado e segregação socioterritorial. Pensando no passado e verificando o presente é possível ver o quanto as pessoas negras,

com baixo poder econômico ainda sofrem. As marcas desse tenebroso passado ainda perduram naquela região, mesmo depois de mais de 100 anos do fim da escravidão. Na parte alta há o Morro da Providência, que sofre com a violência policial e os tantos outros problemas das favelas brasileiras. Na parte baixa existem as ocupações urbanas, os cortiços, prédios públicos e privados sem uso para moradia, servindo à especulação imobiliária. São centenas de famílias que, sem lugar para morar, vivem em condições insalubres, em antigos casarios, correndo risco de morte.

Na região, o poder público implantou o projeto Porto Maravilha. Foram gastos rios de dinheiro para “modernizar” a região. No entanto, pouco do que foi feito atendeu os interesses das classes populares que vivem ali há bastante tempo. Enquanto se gastou com a criação de museus, implantação de Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e teleférico no Morro da Providência (que hoje está abandonado), não se enfrentou o déficit habitacional, com a produção de moradia popular, não se ouviu o que a população local gostaria de ter. Ao contrário, o que se desenvolveu foi um processo de elitização e esvaziamento do espaço, de silenciamento dos interesses populares. Serviços públicos deixaram de funcionar, como unidades escolar e de saúde. As reformas na região foram boas para o mercado imobiliário voltado para classes abastadas, para o mercado de turismo, de lazer e do entretenimento. Todos os finais de semana, milhares de famílias de classe média da Zona Sul do Rio, se deslocam para a região portuária para aproveitar a reforma urbanística realizada. No entanto, a maioria da população, desempregada ou com trabalho precário, que consegue se manter na região, pouco aproveita.

Por fim, a história e a vida cotidiana nos ensinam que o sistema capitalista e o Estado são promotores da barbárie. Durante a elaboração desta cartografia procuramos evidenciar os males que esse sistema produz, desconstruir a ilusão que ele promove, e, ao mesmo tempo, apresentar a disposição crítica para mudar essa realidade.

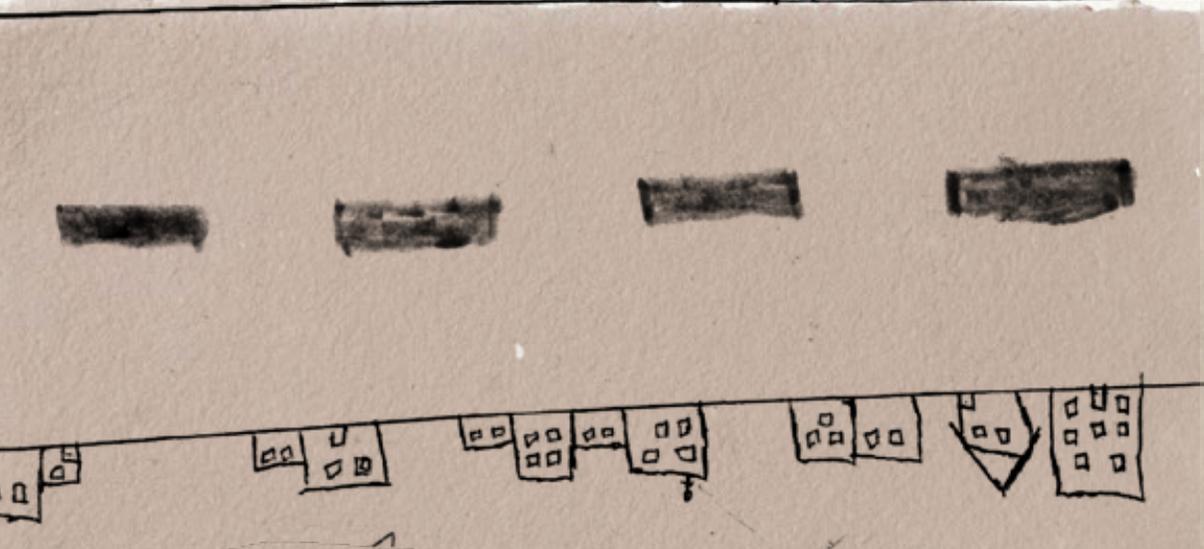
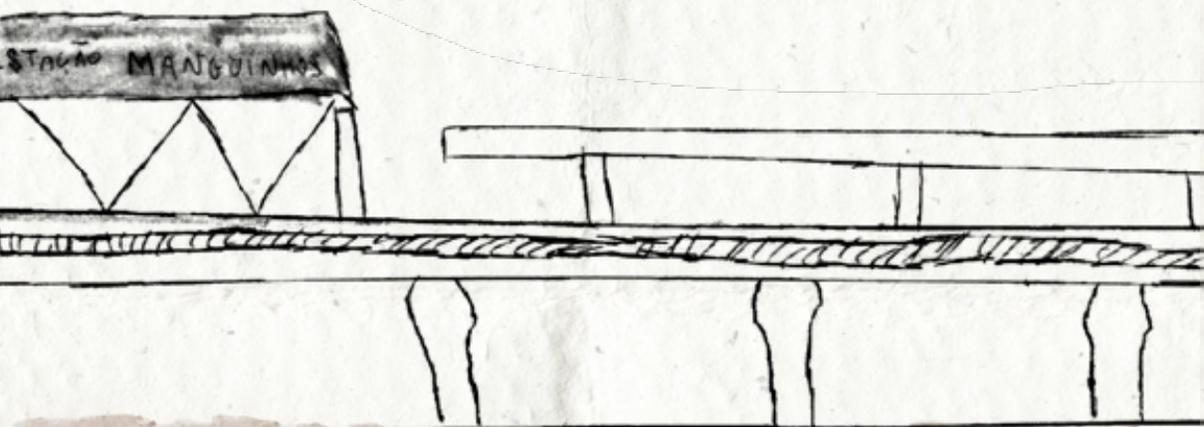


PARA SABER MAIS
 Documentário
 "Casas Marcadas",
 de Carlos R. S.
 Moreira Beto

youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k

Foto 9 e 10
 Grupo de defensoras e
 defensores na oficina de
 cartografia

CARTOGRAFIA SOBRE CONFLITOS



Desde os anos 1990, as cartografias sociais têm se expandido em várias partes do mundo, incluindo o Brasil, juntamente com o que se convencionou chamar de “mapeamento participativo”. Esse tipo de mapeamento reconhece o conhecimento espacial e ambiental dos locais e os incorpora em modelos mais conhecidos de conhecimento. A produção dessa cartografia como forma de empoderamento e ação do grupo de lideranças e defensores dos Direitos Humanos que participaram das atividades de formação e capacitação em Direitos Humanos e Promoção de Saúde realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), teve como objetivo realizar o mapeamento das iniquidades em saúde relacionadas às violações em Direitos Humanos por todo o estado do Rio de Janeiro.

Para atingir esse objetivo, a abordagem escolhida foi através da análise de temas expressos através dos conflitos narrados pelo grupo. Como casos exemplares, os conflitos foram apresentados a partir da sua existência em territórios específicos, ainda que também estejam presentes em diversas regiões do Rio de Janeiro. Os temas são:



SAÚDE



CULTURA



QUESTÃO AGRÁRIA



FOME



RACISMO



DESAPARECIMENTOS
FORÇADOS



EDUCAÇÃO



TRANSFOBIA



MORADIA

A partir dos debates realizados para definição dos temas, alguns sofreram alterações na forma de apresentação, como é o caso do tema desaparecimentos forçados. Ele surgiu primeiro como “Violência” e através dos debates foi possível identificar que a questão da violência aparece em todos os casos, uma vez que esses conflitos são múltiplas expressões da violência de Estado.

Em cada um dos conflitos apresentados, os participantes da cartografia descrevem o território onde os conflitos ocorrem, os agentes violadores envolvidos, os depoimentos da população violada e ações da sociedade civil para o enfrentamento das violências.



Foto 11
Grupo de defensoras e
defensores na oficina de
cartografia



SAÚDE

Centro Municipal de Saúde Vila do João - Maré

A Maré é o 9º bairro mais populoso e o maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde residem cerca de 140 mil moradores. **Nessa localidade foi percebido que: quando ocorrem operações policiais, parte da população que depende dos serviços de Saúde Pública é afetada diretamente.** O pós-operação policial gera aumento no fluxo de demandas nos equipamentos de saúde e a impossibilidade de atender todos os cidadãos afetados pela violência em seu território. Como uma tentativa de atenuar os impactos causados, a equipe de profissionais das Unidade Básica de Saúde da Maré utiliza o recurso da busca ativa. Seu objetivo

é alcançar os pacientes que foram até a unidade e não receberam os atendimentos programados. Ou que deixaram de ir à unidade de saúde para seu atendimento em razão da insegurança imposta no território a cada operação policial.

“Percebo que logo depois de uma operação policial as clínicas ficam lotadas e o número de casos de pacientes com crise de ansiedade aumenta. Se hoje uma unidade fecha, amanhã quando abrir estará lotada e a maioria dos casos são relacionados à ansiedade, síndrome do pânico e outros decorrentes do sofrimento psíquico. As pessoas relatam com frequência o medo do que pode ocorrer, além de lidar com o sentimento de perda de pessoas próximas”
 (Thiago Wendel, Coordenador CAP 3.1)

Figura 1 e 2
 Reportagem sobre trabalhadores da saúde na Maré. Fonte: Observatório de Favelas. <https://observatoriodefavelas.org.br/o-trabalho-com-busca-ativa-para-alcançar-a-cobertura-vacinal-da-populacao-mareense>



QUESTÃO AGRÁRIA Assentamento Terra Prometida Baixada Fluminense

Trata-se de um Assentamento de Reforma Agrária, que teve sua primeira ocupação em novembro de 1999 na fazenda Santana em Miguel Pereira. Seu surgimento é marcado por questões de afirmação do território, e fez com que as famílias peregrinassem por novas possibilidades, de Miguel Pereira a Santa Cruz, depois Nova Iguaçu e Duque de Caxias. O Assentamento fica situado na Baixada Fluminense e sofreu muito com esses processos de migração em busca da Terra.

Em 2010, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi realizado através de licitação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), mas sem participação democrática e construção conjunta com as famílias, sendo constituído em escritório. Em pouco tempo vários limites foram apresentados, desde impossibilidade de organização dos lotes pela existência de pedras e áreas alagadiças, que até hoje tem prejudicado o acesso à energia elétrica e outras infraestruturas básicas, como a construção de estradas e de habitações. O processo para efetivar as políticas estruturantes tem sido demorado e por

causa dos descasos do poder público, até idosos vieram a falecer e familiares não ficaram para continuar a luta. Em 2018 ocorreu a organização da reocupação de lotes e em 2019 mais uma luta foi travada contra a extração ilegal de areia. Nesse sentido, quando a ameaça de destruição ambiental que existia na região tentou entrar no assentamento, foi fundamental a articulação entre Campo e Cidade a nível municipal, estadual e até de entidades internacionais com ação direta do Ministério Público Federal, articulado com a Polícia Federal através da pressão popular aos órgãos de regularização fundiária, como ITERJ e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e diversos outros grupo de apoiadores da Reforma Agrária, até resultar na paralização do funcionamento de oito silos de extração ilegal de areia na região. Ao longo dos anos o assentamento tem intensificado a Certificação da produção orgânica e agroecológica. Desde 2011, entregamos nossos alimentos agroecológicos produzidos semanalmente para a rede ecológica no Rio, e desde 2018 para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Atendemos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal, estadual e federal. Em 2018, através da Feira Regional em Duque de Caxias iniciamos as entregas de Cestas Agroecológicas,

que a partir de 2020 passaram a ser organizadas pelo site site “Faz a Feira” (fazafeira.com), do Coletivo Terra. A parceria com Movimenta Caxias, Coalizão Negra por Direitos e MPA entregou 25 mil cestas de 6 a 8 kg de alimentos durante a pandemia na Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, totalizando aproximadamente 200 toneladas de alimentos saudáveis para a periferia.

Em meio a tentativas de silenciamento, a solidariedade de classe demonstra novos caminhos, seguindo na luta para o reconhecimento através da efetivação da Reforma Agrária com direitos básicos à vida e dignidade para todas as pessoas.



Foto 12
Romaria da Terra no Assentamento Terra Prometida em 21 de julho de 2019.
Fontes: Acervo do Coletivo Terra

Figura 3
Logo do Coletivo Terra/ Fonte: Acervo do Coletivo Terra



RACISMO

Favela Terapia Jacarezinho

O caso ocorreu durante a ação realizada pela Polícia Civil na Favela do Jacarezinho (ato de prevaricação), localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, durante a Pandemia da Covid-19 (em maio de 2021), uma ação que juridicamente havia sido proibida pelo Supremo Tribunal Federal. A polícia do governo Claudio Castro solicitou uma operação

para coibir roubos e furtos praticados por crianças e adolescentes na linha do trem que corta a favela.

A operação resultou em uma chacina com 28 mortes, diversas invasões de casas, agressões a mulheres, crianças e moradores.

A Favela do Jacarezinho possui maioria de pessoas negras e nordestinas que trabalham no centro e arredores da cidade. O local é alvo de reportagens pelo seu alto índice de usuários de substâncias ilícitas, pessoas em situação de rua e pela ausência de saneamento básico. Vale lembrar que a favela possui o sexto pior Índice de Desenvolvimento Hu-



mano (IDH) da cidade. Mesmo com todas as violências que ocorrem no local pela precariedade das políticas públicas, a favela é alvo recorrente de operações policiais com grande armamento bélico.

Após a chacina do Jacarezinho, surgiram diversas mobilizações sociais. Uma delas foi realizada pelo Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem - NICA, primeiro pré-vestibular do Jacarezinho. Após a provocação de alguns coordenadores do NICA para que as famílias vítimas da violência do Estado pudessem ter um espaço para falar sobre suas dores e os impactos da Chacina surge o Favela Terapia. Nesse espaço é possível falar sobre saúde mental nas favelas, raça, fome, ausências e outras negligências que permeiam o ambiente do Jacarezinho.

"No momento em que estávamos em um beco bem estreito apareceu um blindado voador em cima das nossas cabeças dando voos rasantes, conseguíamos ver os policiais apontando fuzis para nossas cabeças"
(depoimento anônimo)



Jacaré Pede Paz

MC LP da Baixada

ISSO AQUI É UMA
VISÃO DE CRIA QUE
JÁ SOFREU PELA
COR DA PELE POR
TER TATUAGEM OU
SER POBRE NA VIDA
MAS NO FINAL
SOMOS TODOS IGUAIS
SÓ QUE QUEM SOFRE
É QUEM MORA
LÁ EM CIMA
JACARÉ PEDE PAZ



Foto 13

Oficina em parceria com o NICA. Fonte: redes sociais do Favela Terapia

Foto 14

Roda de conversa com o pré-vestibular Núcleo de Educação SOS Emprego
Fonte: redes sociais do Favela Terapia



EDUCAÇÃO

Escola Quilombista Complexo do Alemão

A baixa qualidade do ensino nas escolas públicas da região é um problema de âmbito estadual. No entanto, percebemos que no Complexo do Alemão, localizado na Zona Norte da cidade, alguns agravantes deixam a situação ainda mais caótica, tornando a violação ao direito à educação um fator que potencializa processos de exclusão. Quando o Estado e a sua política de “guerra às drogas” invadem a favela, as escolas do entorno não funcionam. **E quanto mais ações policiais acontecem, menos aulas os alunos assistem. Somado a isso,**

o terror instaurado através do fechamento das vias principais, a revista arbitrária de moradores por policiais, a invasão das moradias impedem que exista um ambiente adequado para os estudos.

Além desses fatores, o procedimento de aprovação automática dos estudantes, os baixos recursos destinados à educação pelo Estado, a falta de investimento em materiais didáticos e paradidáticos, a baixa remuneração e pouca valorização dos profissionais de educação são

parte importante desse grande déficit educacional. Como forma de intervir no impacto causado pela escassez de investimentos do Estado na educação, em 2017 um grupo de moradores do projeto Ocupa Alemão: Favela Quilombo funda a Escola Quilombista Dandara de Palmares. Localizada no Complexo do Alemão, a iniciativa surgiu da necessidade de promover a formação comunitária para o autocuidado, mantendo valores ancestrais. Atualmente, a escola oferece uma ampla gama de atividades para crianças e adolescentes, incluindo música, matemática, alfabetização, capoeira, audiovisual, oficinas de nutrição, saúde bucal etc. A equipe da Escola Quilombista trabalha voluntariamente, sem apoio do governo e depende de doações de amigos e parceiros. Durante a pandemia, as atividades foram interrompidas, mas o projeto se tornou um importante suporte para a distribuição de kits de higiene, materiais de limpeza e remédios.



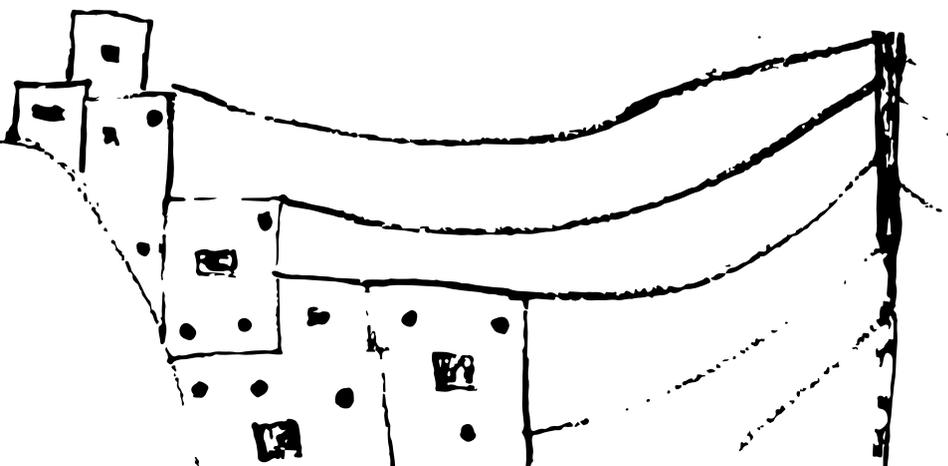
A educação da escola Dandara ajuda a tirar muitas crianças da rua e no ensino sem nenhum meio lucrativos. Ajuda muito a comunidade carente. Minha neta está se desenvolvendo muito, estou percebendo o interesse dela pelo estudo e esporte, ficando mais participativa e menos tímida.

Avó de Aluna de 9 anos

Foto 15

Aula para crianças do Complexo do Alemão.

Fonte: Acervo Escola Quilombista Dandara de Palmares





OCUPAÇÃO LUIZ
GAMA

MORADIA

Ocupação Luiz Gama

Centro/RJ

A Ocupação Luiz Gama (nome dado pelas famílias que compõe o movimento) foi organizada com 70 famílias que fazem parte do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) no dia 16 de novembro de 2022. A ocupação do prédio - localizado na Rua Alcântara Machado, 24, centro da cidade do Rio de Janeiro - ocorreu como forma de luta pelo direito à moradia do povo trabalhador, que não consegue acessar moradia a baixo custo por conta dos altos preços dos aluguéis

e dificuldade de morar em áreas centrais da cidade.

As famílias ocuparam o prédio devido à falta de políticas públicas para solucionar o problema da habitação, tanto na cidade do Rio de Janeiro, quanto em outras cidades do Estado, já que várias famílias do movimento são da Baixada Fluminense.

O local onde foi realizada a ocupação Luiz Gama é uma área de grande especulação imobiliária, abandonada pelo poder público e por isso conhecida por abrigar diversas ocupações espontâneas. Durante os 30 dias que durou a ocupação, os

moradores enfrentaram diversas ilegalidades e atos violentos perpetrados pelo Governo do Estado, Prefeitura, os proprietários dos imóveis, Juízes e a Polícia Militar do Rio de Janeiro (que permaneceu na ocupação desde o primeiro dia, impedindo entrada de diversos itens, como água, alimentos, materiais básicos). Ainda assim, a ocupação resistiu e provou que é possível criar uma comunidade livre da fome e da violência, e deixou registrado na cidade que a população que reside nesses espaços são pessoas que não tiveram outra alternativa para resolver a situação da sua moradia. Em diferentes partes do estado a luta por moradia se faz presente. E ao mesmo tempo outras necessidades também vão aparecendo, como segurança, alimentação, escola etc. Um problema vivido pelas famílias que lutam pelo acesso à moradia também é a falta de saneamento. Uma necessidade básica que gera a falta de água, doenças, impede o acesso à educação e pode levar à morte. A Constituição Federal estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito da

República Federativa do Brasil. Por que trabalhadoras, trabalhadores e até crianças e idosos estão sendo indignos de acessar a água e a moradia?

"eu fiz parte da ocupação Luiz Gama. Ficamos 30 dias ali no ambiente familiar, um respeitando o outro, cada um com as suas tarefas ali estava resolvendo o meu problema de moradia. NÃO QUERIA SAIR DALI. Ficamos 30 dias, mas a experiência daqueles 30 dias foi boa porque ali eu tive meu tempo de minha casa mas infelizmente por causa da especulação imobiliária nós fomos despejados e agora no momento estamos todos em negociação aguardando uma resposta do governo"

Maria Luzia - integrante do MLB

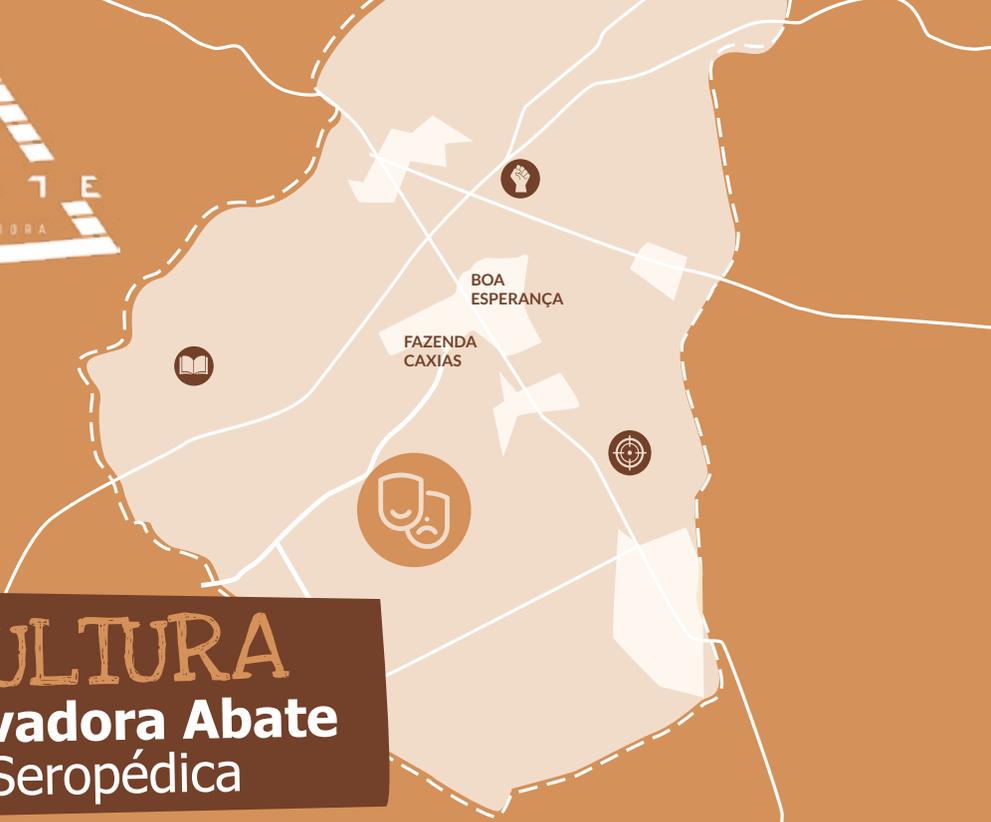


Foto 16

Reunião de Calendário do MLB. Fonte: acervo Instagram @ocupa.luzigama



5



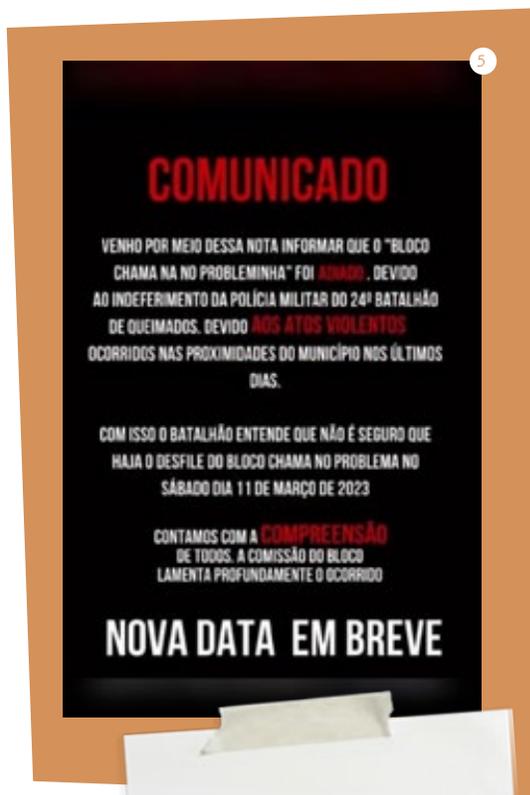
CULTURA Gravadora Abate Seropédica

A não realização do Carnaval. O acesso à vida cultural em Seropédica é violado pela atuação da “firma” que exige uma “taxa de segurança” aos produtores que, conseqüentemente, são incentivados a não distribuir seus bens e serviços culturais. A situação ocorre quando produtores ou artistas precisam organizar eventos ou instalar pontos comerciais para distribuir seus bens ou serviços culturais ao público. O valor da taxa de segurança varia de acordo com a

amplitude do evento, considerando o espaço, o público esperado, as atrações, entre outros requisitos. O caso mais recente foi o carnaval de 2023. Muitos moradores atribuem a não realização dessa manifestação cultural popular brasileira por determinação da firma, que havia cobrado um valor muito caro para liberar o evento. Outro motivo apontado foi a disputa por poder. Além de ter provocado uma queda na qualidade de vida dos moradores que não possuem condições financeiras de se deslocar para outros territórios que realizaram o carnaval, esse fato impossibilitou

a criação de empregos diretos e indiretos relacionados ao segmento cultural que mais sofreu com a pandemia da Covid-19.

Um exemplo desse conflito é fato que ocorreu com coletivo cultural de nome “Bloco Chama no Probleminha”, constituído como tentativa de oferecer formas alternativas para comemorar o carnaval (e assim contribuir com geração de empregos indiretos). O bloco foi embargado pelo Batalhão da Polícia Militar de Queimados e no comunicado divulgado pelo coletivo em suas redes sociais, a motivação foi “devido aos atos violentos ocorridos nas proximidades de Seropédica nos últimos dias”. O referido ato violento diz respeito à morte de 2 jovens no KM 34 de Nova Iguaçu, próximo a Seropédica.



“está em guerra de poder e eles cobraram muito caro pra liberar o carnaval” morador de Seropédica



Foto 17

Arquivo pessoal Gravadora Abate

Figura 5

Logo Gravadora Abate

Figura 6

Comunicado do Coletivo Cultural Chama no Probleminha.

Fonte: Redes sociais.



Durante a pandemia de Covid-19, a falta de acesso às políticas públicas de assistência social pelas famílias mais vulneráveis, a demora para acessar o auxílio emergencial, principalmente pela exclusão digital, o baixo IDH da região e o desemprego contribuíram para o grande aumento da fome na Zona Oeste, principalmente nas famílias chefiadas por mulheres negras. Para lidar com essa situação, a **Teia de Solidariedade da Zona Oeste (Teia ZO) marcou uma forma de ação política própria construída pelas mulheres negras,**

através da estratégia de comunicação e mobilização *“sustentada nos ensinamentos antigos do correio nagô e da ‘boca a boca’, da proximidade de lugares das mulheres negras”*¹, além da utilização de novas tecnologias de comunicação e informação para produzir incidência em diferentes territórios. Ao longo do primeiro e do segundo ano da pandemia, foram realizadas agendas de reuniões, debates, rodas de diálogo, oficinas e sarau de poesia, entre tantas outras

1. Trecho do texto da Articulação de Organizações de Mulheres Negras – AMNB para o E- book “Marcha das Mulheres Negras”, 2016.

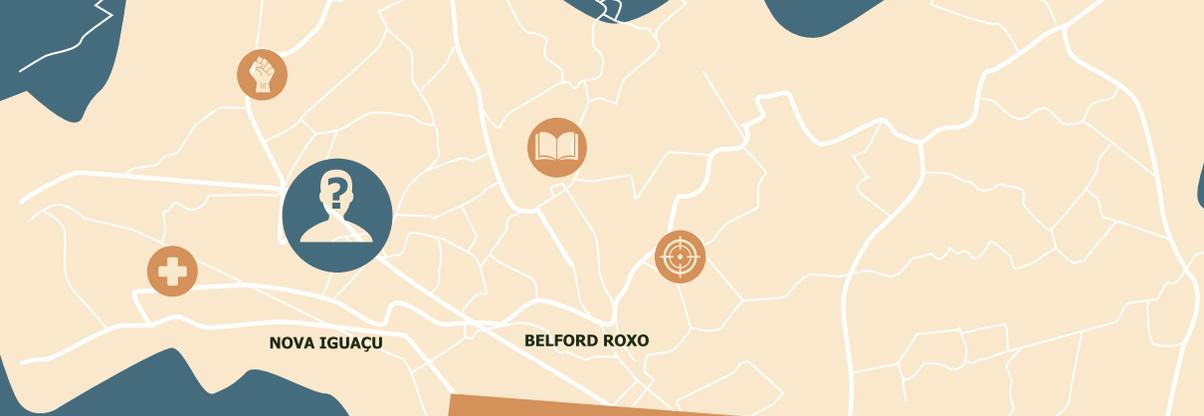
ações que tornaram a Teia ZO presente no território e nas redes sociais. Vozes de mulheres negras e periféricas que recuperaram o sentido de viver afrocentrado, em comunidade, orientado pelo nosso conhecimento ancestral, por muitas vezes desvalorizados, mas que nos ensinam tanto. Destacamos os grupos de trabalho que se articularam pelo WhatsApp, para cada uma das ações realizadas pela mulherada para divisão de tarefas: GT Comunicação, GT Finanças, GT Campanhas, GT Alimentos Frescos, e GT Transporte.

Foi realizada a distribuição de mais de 3.107 cestas básicas e cerca de 3 toneladas de alimentos agroecológicos entre 2020 e 2021



Foto 18
Distribuição de cestas no quilombo Dona Bilina- Acervo do Grupo

Foto 19
Feira solidária na coletivas As Caboclas , agroecologia na e para periferia
Acervo do Grupo



NOVA IGUAÇU

BELFORD ROXO

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Rede de Mães da Baixada Nova Iguaçu

Douglas de Paula Pamplona, de 22 anos, e Jhonatan Alef Gomes, de 28, desapareceram no dia 12 de agosto de 2022, junto com outros dois amigos, Matheus Costa da Silva, 24 anos, e Adriel Andrade Bastos, 24. Segundo testemunhas, os jovens estavam a caminho de um shopping, em Nova Iguaçu, quando criminosos encapuzados e armados, usando dois veículos, interceptaram o carro de aplicativo que eles estavam e os sequestraram. O caso gerou repercussão na região, na imprensa e na mídia em geral por ser um caso de desaparecimento forçado, que é uma forma de violência crescente em todos os territórios da Baixada Fluminense. Os corpos de dois dos jovens foram encontrados no

Rio Capenga em Nova Iguaçu, e os outros dois até a data de hoje não foram encontrados.

Tanto as famílias dos Jovens cujos corpos foram encontrados, quanto as dos que não foram, vivem um drama de angústia e sofrimento.

Essa é a realidade de várias famílias que passaram e passam pela Violência de Estado, seja de forma direta, pela ação violenta, ou indiretamente, por ser co-nivente ou omissa. A rede de mães da Baixada Fluminense está atuando nesse caso, além do Fórum de Direitos Humanos de Nova Iguaçu e do Fórum Grita Baixada.

BUSCA INJUSTA

Luciene Silva

aonde vc está, e agora
o que vou fazer?
onde vou lhe procurar, a quem eu
posso recorrer?
a justiça diz que irá investigar,
que temos que aguardar
mas como não nos desesperar,
se quem amamos pode nunca
mais voltar!
o coração aperta até doer, quero
ver você, quero ver você!
as horas vão avançando,
vão avançando
e os dias vão passando, passando
e no silêncio sem resposta nós
vamos ficando
essa violência vai nos
violentando, tirando a
vida dos nossos
e desaparecendo com seus
corpos, eles vão nos torturando!
famílias que foram condenadas
aos seus mortos não
podem o corpo velar!
e assim não podem dizer adeus, e
a última homenagem
lhes prestar.
é essa a Baixada que queremos
para morar? não, não podemos
nos conformar!
então avante defensores,
vamos continuar,
lutando para transformar!
lutando para transformar!
lutando para transformar!

20



"Não temos nenhuma
informação da polícia.
Na semana retrasada
nos ligaram para
informar do exame de
DNA que iriam fazer em
alguns materiais que
encontraram no rio, mas
a respeito das buscas a
gente não sabe ainda"

Luciene - Rede de Mães da
Baixada

Foto 20

Audiência pública. Fonte: Fórum Grita Baixada



LGBTQIAP+FOBIA/ LIGA TRANSMASCULINA São Gonçalo

Linchamentos e agressões à população LGBTQIAP+ ocorrem com muita frequência, mais até do que gostaríamos de documentar. O caso escolhido ocorreu na semana de 14 de junho de 2015, na região de Mauá, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Um homem trans, sua namorada e um amigo gay que saíam da Parada LGBT de São Gonçalo foram cercados por cinco homens cis brancos que seguraram a mulher e agrediram brutalmente o homem trans, até ele ficar inconsciente. Depois que ele estava desacordado, ainda tentaram colocar o corpo

dele na pista para que carros passassem por cima, porém um veículo parou e prestou socorro.

Ao procurar atendimento médico, o homem trans precisou passar por 4 hospitais até ser atendido e na delegacia negaram fazer o seu boletim de ocorrência, alegando que ele precisaria saber o nome dos agressores.

Dias depois, os mesmos agressores (conhecidos como *skinheads*), foram identificados em um crime que ocasionou a morte do adolescente

Alexandre Ivo, também em São Gonçalo. O caso de violência contra o homem trans não gerou mobilização. Contudo, por fazer parte da Liga Transmasculina, grupo com um papel importante para a população Trans no Estado do Rio de Janeiro, a vítima foi acolhida e conseguiu se fortalecer para lidar com a violência sofrida. A Liga Transmasculina tem atuado de forma efetiva nas ações de implementação de políticas públicas como: ações de retificação de nome e gênero, apoio psicossocial e jurídico, encaminhamento para a saúde básica e especializada para o processo transexualizador eficaz e que contemple os territórios vulneráveis, ações de combate à fome, acompanhamento de denúncias de violência.

"Eu perdi cinco dentes, tenho um caroço na minha cabeça até hoje e a autoestima lá no chão. Com isso, no dia seguinte, eu fui à delegacia e me negaram atendimento, alegando que era nítido que eu tinha sido agredido, porém eu precisava ter os nomes dos agressores para poder abrir um boletim de ocorrência. Como eu não tinha nada, eu fui embora pra casa e comecei a fazer terapia, sem ninguém. Na semana seguinte, apareceu no jornal uma reportagem falando de um menino chamado Alexandre Ivo, que foi agredido, e dois homens do grupo que agrediram ele, estavam no grupo que me agrediu. O menino acabou vindo a óbito"

Rafael, vítima da agressão relatada



21



22

Foto 21

A Liga Transmasculina João W. Nery na roda de conversa territorialidade e políticas públicas.

Fonte: Liga Transmasculina

Foto 22

Encontro da Resistência de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas RJ 2023. Fonte: Liga Transmasculina

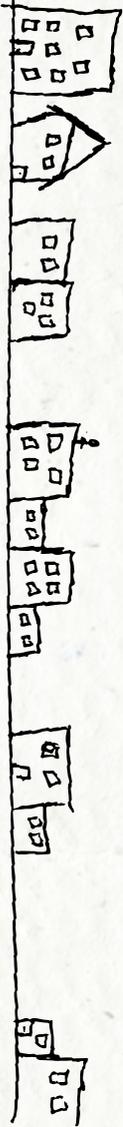
PROMOÇÃO DA SAÚDE E DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA CARTOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS POPULARES

O projeto “Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro” surge através da iniciativa de diferentes profissionais que compuseram a equipe técnica da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), entre os anos de 2010 a 2021.

Visando o fortalecimento das lutas e o cuidado com a saúde das lideranças populares que militam na defesa dos Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro, buscou-se uma parceria com a Coordenação de Cooperação Social da presidência da Fiocruz para desenvolver um projeto que atendesse aos seguintes objetivos:

- I) Formar e capacitar defensores dos Direitos Humanos e lideranças comunitárias;
- II) Implantar uma rede de defensores dos Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro;
- III) Realizar um mapeamento das violações em Direitos Humanos nos territórios de favelas e periferias no estado do Rio de Janeiro.

Para atender o objetivo do cuidado em saúde dos defensores, estabelecemos uma parceria para o acolhimento terapêutico com a Universidade Resistência e Direitos Humanos (URDIR - um núcleo



interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão vinculado aos Departamentos de Psicologia e Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), através de encontros presenciais e virtuais ministradas pela equipe acadêmica que compõe a URDIR.

O projeto conta com 20 defensores populares representantes de distintos movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil atuantes nas lutas sociais. Considerando as diferenças territoriais e especificidades temáticas de cada um(a), o projeto propõe um compromisso ético-político de parcerias interdisciplinares entre as lideranças e movimentos/coletivos para a atuação em rede nos seus territórios.

Considerando que cada organização/movimento já possui um acúmulo político organizativo próprio nas pautas em que atuam e já estão articulados a uma rede temática no seu território, a proposta de rede apresentada pelo Projeto pretende promover uma articulação ampliada e diversificada das redes existentes, acreditando na capacidade de contribuição mútua entre os movimentos e defensores, de acordo com as expertises peculiares a cada um.

Para a elaboração da cartografia social das iniquidades sociais e de saúde, firmamos esta parceria com a FASE a fim de identificar e problematizar as diferentes violações ocorridas nos territórios populares do estado, as ações de resposta coletiva dos movimentos, assim como as possibilidades de trabalho em rede entre estes. Ao longo dos últimos 10 meses, foram realizadas oficinas formativas e de acolhimento terapêutico, de modo presencial e virtual, abordando diferentes eixos temáticos de atuação dos defensores populares. O conteúdo das oficinas, o perfil das 20 lideranças, bem como algumas iniciativas já em curso realizadas entre estes, podem ser verificados no Relatório produzido pela equipe técnica do do Projeto.

No mapa podemos identificar o território de origem de cada defensor e defensora do Projeto:

1. Alexandre Gomes da Silva - Presidente Vargas, Campos dos Goytacazes
2. Ana Beatriz de Carvalho - Xerém, Duque de Caxias
3. Ana Gilda Soares dos Santos - Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro
4. Ana Luiza da Silva Briola - SAPE, Niterói
5. Elaine de Moraes Lopes - Maré, Rio de Janeiro
6. Elza Maria Cavalcante de Medeiros - Santo Cristo, Rio de Janeiro
7. Estephani Nunes da Silva - Salgueiro, São Gonçalo
8. Gabriel Van Silva - Ipiranga, Nova Iguaçu
9. Giovanna Berti - Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro
10. Grazielle Tomaz de Almeida - Cidade de Deus, Rio de Janeiro
11. Grazielle Serafim Nogueira - Tomazinho, São João de Meriti
12. Josiane de Oliveira Nascimento - Santa Teresa, Rio de Janeiro
13. Luciene Silva - Cabuçu, Nova Iguaçu
14. Mara Lucia Araujo Domingos - Irajá, Rio de Janeiro





Para mais informações
Sobre o Projeto, acesse:



- 15. Monalisa da Silva Teixeira - Campo grande, Rio de Janeiro
- 16. Roger Gomes de Oliveira de Almeida - Manguinhos, Rio de Janeiro
- 17. Rosilene Torquato de Oliveira - Banco de Areia, Mesquita
- 18. Suellen Paim de Melo - Nova Holanda (Maré), Rio de Janeiro
- 19. Valmor Alves Bastos - Boa Esperança, Seropédica
- 20. Zilda Pereira Santana - Complexo do Alemão, Rio de Janeiro

A seguir, temos alguns exemplos de possibilidades de trabalho em parceria entre defensoras e defensores/movimentos que estão compondo essa rede:

Possibilidades de cooperação e trabalho em rede - Projeto Promoção da Saúde e Direitos Humanos

Alexandre Gomes

ASSESSORIA JURÍDICA

Campos dos Goytacazes e Macaé

- › Parceria com Ana Beatriz nas demandas coletivas e individuais das famílias do assentamento Terra Prometida;
- › com Elaine a partir do coletivo de saúde do MST-RJ (recentemente foi formada pela Fiocruz uma equipe de agentes populares em Macaé, Manguinhos e Maré);
- › com Elza (no MLB), Giovanna Berti, Ana Gilda e Ana Luiza num mapeamento de imóveis com denúncias de trabalho análogo à escravidão e demandas jurídicas relacionadas à obtenção de imóvel urbano (em parceria também através da Ajup a partir da concessão de uso do território);
- › com Gabriel Van com apoio ao movimento LGBTQIAP+ (também em parceria com o coletivo LGBT Sem Terra e com a Ajup na identificação social);
- › com Estephani no mutirão para atendimento das demandas sociojurídicas do território do Salgueiro junto com a Defensoria Pública e outros;
- › com Grazielle Tomaz a partir da rede ecológica para fornecimento de alimentos e outros incentivos.



Ana Beatriz de Carvalho

Agricultora Terra Prometida

Duque de Caxias

- › Parceria com Suellen, Rosilene, Elza, Grazielle Tomaz e Giovanna na organização de oficinas, rodas de conversa, feiras e cartilhas sobre segurança alimentar e as percepções reais sobre a luta do campo e do fornecimento de alimentos saudáveis;
- › com Suellen e Valmor no campo da cultura envolvendo o Cine da Terra e promovendo atividades culturais junto ao Coletivo Terra no Assentamento Terra Prometida;
- › com Elaine visando expandir de forma mais popular o acesso a alimentos saudáveis no território da Maré, com novos pontos de entregas das cestas Agroecológicas do Coletivo Terra, além de trabalhar o tema do acesso a alimentação saudável como política de saúde;
- › com Luciene para intensificar a campanha de doação para garantir acesso a alimentos saudáveis para a Baixada Fluminense;
- › com Grazielle Nogueira para pensar a ideia de cuidado terapêutico com viés identitário e antirracista junto ao Coletivo Terra.

Ana Gilda Soares dos Santos

Acierj / luta e promoção da saúde

Rio De Janeiro

- › Parceria com Ana Luiza e Rosilene visando o fortalecimento do movimento de luta de Mulheres Negras;
- › com Mara Lúcia para discussões sobre políticas de saúde e fortalecimento do movimento das cidadãs positivas;
- › com Zilda junto à Escola Quilombista com ações de formação e mapeamento de cuidadoras e domésticas em condições de trabalho degradante;
- › com Josiane e Elaine troca de experiências sobre cuidado com gestantes e apoio ao movimento de luta pelo reconhecimento da profissão das doulas;
- › com Suellen para realização de atividades com o Favela Cineclubes para registrar a luta das trabalhadoras cuidadoras pela regulamentação da profissão.

Ana Luiza da Silva Briola

Unegro / Acessibilidade primária à cidadania e empregabilidade
Niterói

- › Parceria Alexandre e Ana Beatriz em atividades que discutam a importância da relação com a terra, o plantar e o colher;
- › com Zilda junto à Escola Quilombista, reforçando a luta por uma educação antirracista;
- › com Rosilene discutindo a importância do empoderamento feminino negro;
- › com Ana Gilda e Grazielle Nogueira em defesa da Saúde Mental da População Negra;
- › com Elza apoiando a luta pelo direito à moradia;
- › com Mara Lúcia no enfrentamento ao estigma e discriminação de populações em situação de vulnerabilidade nos serviços de saúde;
- › com Estephani fortalecendo o movimento de luta por sobrevivência diante de casos de violência de Estado nas comunidades;
- › com Suellen e Valmor na articulação de iniciativas no campo da cultura nos territórios periféricos.

Elaine de Moraes Lopes

Promotora de Saúde e Jornalismo Popular
Complexo da Maré

- › Parceria com Mara Lúcia no acompanhamento à saúde das cidadãs positivas e na realização de ações e eventos sobre HIV no CMS;
- › com Ana Beatriz visando expandir de forma mais popular o acesso a alimentos saudáveis no território da Maré, com novos pontos de entregas das cestas Agroecológicas do Coletivo Terra, além de trabalhar o tema do acesso à alimentação saudável como política de saúde;
- › com Josiane para participação nas oficinas mensais de acolhimento às gestantes no CMS da Vila do João;
- › com Gabriel Van através de rodas de conversa com os pacientes do CMS da Vila do João e na divulgação do trabalho do movimento LGB-TQIAP+ na Maré;
- › com Ana Gilda e Grazielle Nogueira no tema da saúde mental;
- › com Elza na luta por moradia digna e com atividades com os pacientes do CMS da Vila do João utilizando o manuseio da terra como dispositivo de cuidado em saúde mental;

- › com Ana Luiza através de rodas de conversa com os pacientes do CMS da Vila do João para conscientização da luta antirracista.
-

Elza Maria Cavalcante de Medeiros

Agricultora / Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas

Duque de Caxias e Zona Portuária

- › Parceria com Suellen em ações ecológicas na maré, como realização de oficinas de plantio e distribuição sementes e mudas;
 - › com Grazielle Tomaz e Grazielle Nogueira em atividades de saúde mental com jovens, utilizando o manuseio da terra como dispositivo de cuidado em saúde mental;
 - › com Grazielle Tomaz articulando uma cozinha comunitária com apoio das cozinheiras do MLB num projeto de segurança alimentar das crianças;
 - › com a Suellen para levar o cine clube para as ocupações do MLB, desenvolvendo atividades culturais junto aos jovens e crianças;
 - › com Ana Luiza e Zilda em um projeto sobre educação e alfabetização para crianças e jovens da comunidade;
 - › com Ana Beatriz no planejamento e criação de hortas comunitárias e troca de mudas junto ao MLB;
 - › com Giovanna na luta por moradia digna, contra a especulação imobiliária e a falta de água.
-

Estephani Nunes da Silva

Organização Comunitária / Faferj

Salgueiro - São Gonçalo

- › Parceria com Gabriel Van na criação de um canal que facilite o acesso da população LGBTQIAP+ que morem em favelas aos serviços de proteção e prevenção (parceria via Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro - Faferj);
- › com Grazielle Nogueira articulando iniciativas de acolhimento psicoterapêutico das pessoas vítimas de violência estatal;
- › com Elza e Ana Beatriz em oficinas de plantio e discussões sobre agricultura familiar e alimentação saudável;
- › com Ana Luiza em atividades de atenção e garantia de direitos das famílias em situação de vulnerabilidade;

- › com Monalisa para realização de oficinas e rodas de conversa para levar informações e alertas aos jovens sobre o sistema carcerário do Rio de Janeiro;
- › com Valmor para realização de oficinas com Djs e Mc's e elaboração de projetos junto a trabalhadores do funk e do hip-hop na comunidade do Salgueiro;
- › com Ana Gilda e Ana Luiza na realização de oficinas de acolhimento e escuta de mulheres vítimas de violências;
- › com Suellen na criação de um projeto com crianças sobre cinema na favela.

Gabriel Van da Silva

Articulador / Liga TransMasculina João W. Nery
Território Nacional

- › Parceria com Josiane na promoção de rodas de conversa sobre gestação transmasculina;
- › com Ana Beatriz na organização de oficinas e debates sobre segurança alimentar e combate à fome da população LGBTQIAP+ nas periferias, além de campanha de doação;
- › com Ana Gilda por meio de rodas de conversa sobre políticas de saúde na terceira idade da população LGBTQIAP+, com foco em raça e transgeneridade. Pesquisas sobre a condição de saúde que a população LGBTQIAP+ na terceira idade vive e lançamento de estratégias de base;
- › com Grazielle Nogueira através de discussões sobre os acessos de pessoas trans periféricas, acolhimento dentro dos territórios periféricos e o direcionamento do acolhimento psicossocial para o acesso às redes do Sistema Único de Saúde (SUS) nos territórios;
- › com Mara Lúcia através de rodas de conversa, cartilhas e ações de conscientização da Luta HIV/AIDS, da importância da prevenção e divulgação de onde encontrar rede de apoio;
- › com Rosilene na luta contra o racismo e em defesa dos direitos das mulheres trans, travestis, lésbicas, intersexo negras; articulando ações culturais em espaços como terreiros e instituições públicas principalmente na Baixada Fluminense;
- › com Suellen para promover ações de audiovisual com pessoas trans em seus territórios, trazendo como debate a importância de registros e com isso intensificar o combate aos discursos de ódio nas redes.

Giovanna Berti

Articuladora Social / Terapeuta

Região das Vargens - Recreio

- › Parceria com Alexandre, Elza e Ana Beatriz em ações nos temas da soberania e segurança alimentar, fome e moradia. Pensar em intercâmbios e espaços de diálogo discutindo o morar e plantar no campo e na cidade. Além de realizar projetos que fomentem a compra de Cestas agroecológica do Terra Prometida para famílias em situação de vulnerabilidade, nas comunidades e ocupações;
- › com Ana Gilda, Elaine, Grazielle Nogueira e Josiane no tema da saúde através da realização de encontros e rodas de conversa com as mulheres dos territórios da Zona Oeste para pensar nos temas da saúde mental das mulheres;
- › com Ana Luiza e Rosilene no tema racismo;
- › com Valmor, Grazielle Tomaz, Mara Lúcia, Suellen e Zilda nos temas da educação e cultura para pensar um projeto que rode os territórios levando a experiência da Escola Quilombista e desenvolvendo atividades culturais.

Grazielle Nogueira

Educadora Social e Psicóloga / Favela Terapia

Favela Jacarezinho e Baixada Fluminense

- › Parceria com Luciene no acolhimento a Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense;
- › com Ana Gilda, Ana Luiza, Elaine e Monalisa em ações de inserção de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas no sistema de saúde/assistência no território do Jacaré (podendo fazer parcerias também com algumas redes dos territórios, como o trabalho que é feito na Maré e no Espaço Normal);
- › com Estephani através de acolhimento dentro do território do Salgueiro para falar sobre a saúde socioemocional dos moradores, em conjunto com as redes do SUS disponíveis no território;
- › com Josiane para discussões sobre o acesso de mulheres periféricas a Doulas e sobre o acompanhamento das mulheres com depressão pós-parto.

Grazielle Tomaz de Almeida

Articuladora e Educadora Social

Jacarepaguá

- › Parceria com Zilda na Escola Quilombista ampliando a rede de conhecimento e as práticas de educação popular presentes em ambos os projetos;
- › com Valmor e Suellen na promoção da cultura através de oficinas com as crianças da Cidade de Deus;
- › com Giovanna nos temas da fome e de questões de territorialidade da Zona Oeste.

Josiane de Oliveira Nascimento

Doula e Educadora Social

Complexo da Maré

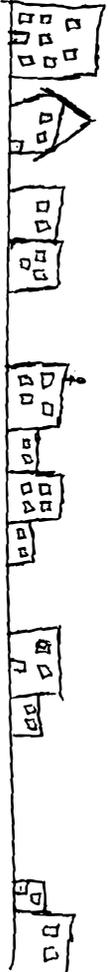
- › Parceria com Elaine no acolhimento de gestantes na unidade de saúde da vila do João.

Luciene Silva

Articuladora Social / Rede de Mães e Familiares da Baixada

Baixada Fluminense

- › Parceria com Monalisa e Roger para articulação de atividades entre as rede de mães de Manguinhos e da Baixada com o Movimento Moleque;
- › com Ana Beatriz em formato de oficinas para ensinar o cultivo de alimentos sustentáveis nos espaços das periferias da Baixada com o objetivo de criar opções para combater a insegurança alimentar;
- › com Estephani na realização de rodas de conversa para a troca de experiências de luta e compartilhamento de maneiras de acolher as famílias que perderam seus entes queridos para o Estado. A Rede tem experiência em acolher e a FAFERJ tem a experiência de luta organizada e conhecimentos na parte jurídica;
- › com Grazielle Nogueira para construir atividades de troca de conhecimento sobre o consultório da Rua, parcerias com clínicas (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS local e outros), acesso a tratamentos voltados para saúde mental (especialmente focados na questão da



violência de Estado e drogadição);

- › com Elza e Grazielle Tomaz para troca de conhecimento sobre atuação junto a crianças da comunidade e iniciativas de combate à insegurança alimentar (cozinha comunitária);
- › com Josiane para elaboração de atividades nos territórios da Baixada sobre o que é ser Doula e tudo que ela representa, além de iniciativas de cuidado para gestantes durante e após a maternidade;
- › com Mara Lúcia para levar para os territórios da baixada as informações e orientações sobre “O que é ser uma pessoa Soropositiva” e traçar iniciativas de acolhimento a essas mulheres através de rodas de conversas sobre a luta por seus direitos;
- › com Rosilene na construção de atividades sobre os temas do racismo, violência contra mulher e luta do movimento de mulheres negras na Baixada;
- › com Valmor na realização de atividades culturais voltadas para a juventude, junto com a Rede de mães da Baixada, trazendo a experiência da gravadora na área da comunicação popular.

Mara Lúcia Araújo Domingos

Articuladora Social - Movimento Nacional das Cidadãs Positivas
Rio de Janeiro

- › Parceria com Ana Gilda no tema da Saúde mental e cuidados com a saúde dos mais velhos;
- › com Elaine para troca de informações sobre a prática dos agentes comunitários de Saúde, análise os direitos dos usuários que estejam sendo negligenciados e orientações sobre atendimento humanizado (não só para as pessoas com HIV) para todos que buscam os serviços nas unidades de saúde;
- › com Josiane para debates sobre cuidado e prevenção de doenças que poderiam ser evitadas com atendimento humanizado a gestantes;
- › com Luciene através de rodas de conversa entre mulheres que sofrem com a violência;
- › com Grazielle Nogueira com ações na área de saúde mental e fortalecimento da luta contra o desmonte do SUS e seu sucateamento;
- › com Ana Luiza para fortalecimento da luta das mulheres negras contra o racismo e a discriminação.

Monalisa da Teixeira

Articuladora Social / Movimento Moleque

Rio de Janeiro

- › Parceria com Grazielle Nogueira no tema da saúde mental;
- › com Valmor, Luciene, Roger e Estephani sobre o tema da violência de Estado;
- › com Rosilene para fortalecimento da luta antirracista;
- › com Gabriel Van para fortalecimento da luta LGBTQIAP+;
- › com Estephani para integração com o movimento da Faferj.

Roger Gomes de Oliveira de Almeida

Articulador Social / Mães de Manguinhos

Manguinhos

- › Parceria com Zilda para trabalhar o tema da Violência do Estado contra corpos periféricos na Escola Quilombista;
- › com Ana Luiza junto ao coletivo União de Negros pela Igualdade estimulando a população a lutar por seus direitos frente ao poder público que não cumpre seu papel;
- › com Estephani, no campo da violação de direitos por parte do poder público;
- › com Luciene articulando os movimentos de mães de Manguinhos e da Baixada;
- › com Valmor para desenvolvimento de atividades no campo da cultura.

Rosilene Torquato de Oliveira

Articuladora Social / Organização de Mulheres Negras do RJ

Baixada Fluminense

- › Possibilidade de trabalho em parceria com Ana Beatriz e Luciene no movimento de mulheres da Baixada;
- › Possibilidade de trabalho em parceria com Ana Gilda e Ana Luiza na luta contra o racismo e em defesa dos direitos das mulheres negras;
- › Possibilidade de trabalho em parceria com Valmor na promoção de ações de cultura (podendo fazer articulações com o departamento de Licenciatura em Educação no Campo da UFRRJ, o movimento negro e de mulheres em alguns terreiros de Seropédica).

Suellen Paim de Melo

Cineasta, Educadora Social e Promotora Cultural / Favela Cineclubes
Complexo da Maré e Zona Portuária

- › Possibilidade de trabalho em parceria com Ana Gilda nos temas dos Direitos Humanos, direitos trabalhistas e redução de danos;
 - › Possibilidade de trabalho em parceria com Ana Beatriz e Elza nos temas dos Direitos Humanos e racismo ambiental, através da realização de ações ecológicas, oficinas de plantio e distribuição de sementes e mudas;
 - › Possibilidade de trabalho em parceria com Valmor nos temas dos Direitos Humanos e produção cultural.
-

Valmor Alves Bastos

Produtor Cultural / Gravadora Abate
Seropédica

- › Parceria Gabriel Van sobre o tema da arte como mobilização do gênero, raça e território;
 - › com Suellen e Monalisa nos temas da violência do Estado, educação e produção cultural;
 - › com Zilda nos temas cultura e educação;
 - › com Elza no tema da violência;
 - › com Grazielle Tomaz nos temas da violência, educação e cultura;
 - › com Giovanna no tema da violência;
 - › com Luciene nos temas violência e educação;
 - › com Alexandre no tema violência e assistência Jurídica;
 - › com Elaine no tema do jornalismo popular.
-

Zilda Pereira Santana

Educadora Popular / Escola Quilombista Dandara dos Palmares
Complexo do Alemão

- › Parceria com Suellen para trabalhar a questão da educação antirracista, cultura e audiovisual;
- › com Elza nos temas da educação comunitária e direito à moradia.

SAÚDE E DEFESA DE DIREITOS:
 UMA CARTOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS
 POPULARES DO RIO DE JANEIRO



REALIZAÇÃO




-  SAÚDE
-  QUESTÃO AGRÁRIA
-  MORADIA
-  TRANSFOBIA
-  FOME
-  CULTURA
-  RACISMO
-  VIOLÊNCIA
-  EDUCAÇÃO
-  DESAPARECIMENTO FORÇADO



Rio de Janeiro, maio de 2023.

REALIZAÇÃO

